

O TENENTISMO

Leonardo Carneiro da Cunha

da Universidade Federal de Pernambuco

Para o estudo da História brasileira dos anos vinte, que nós, no trabalho subseqüente nos propomos a investigar do ponto de vista de um dos seus segmentos menos abordados até hoje — o “papel revolucionário” exercido pelo Tenentismo como portador dos descontentamentos econômicos e como veículo das aspirações de ascensão social dos setores urbanos da população — consideraremos o modelo de Revolução proposto por Huntington: “... transformações que se operam com rapidez e profundidade não só nos mitos e valores de uma sociedade, como também nas suas estruturas sociais, nas suas instituições, e nas diretrizes de seu governo (1)...”

Quando examinadas à luz deste tratamento, perderiam as manifestações dos problemas e das tensões sociais no Brasil dos anos vinte, tanto o seu caráter revolucionário quanto a sua natureza transcendente. Concordamos com Brunn quando declara, que as crises dessa quadra da vida brasileira sensibilizavam apenas segmentos limitados da população (2). Tais manifestações, na realidade, não dispunham de uma sólida base de massas, entre outras razões porque a população rural, ou tres quartas partes da população brasileira, se mantinha enredada no sistema de relações paternalistas que se alojava no interior da grande propriedade fundiária, e ficava ausente delas.

O proletariado, criado, aliás, por uma indústria cuja natureza periférica pode ser ilustrada pelo fato de que os seus traços essenciais eram estabelecidos, sobretudo, em função dos interesses de um processo econômico que se desenvolvia para além

do quadro da economia brasileira, e também pelo fato de que o investimento industrial no país, significava mais um elenco de respostas mais ou menos improvisadas às vicissitudes sofridas pelos setores de exportação e importação, era fraco e desunido, e incapaz de colocar os seus próprios interesses. Como diz Pinheiro, quando se reporta ao estudo desta fase, "o proletariado não atingiu um grau de diferenciação social semelhante ao do proletariado europeu. Ele vem do campo e conserva geralmente fortes laços com ele. Essa origem rural da grande massa de operários... é uma causa de sua falta de organização e de consciência de classe (3)."

Tomando-se como base o censo de 1920 (4), podemos estimar que para uma população total de cerca de 32 milhões de habitantes, haveria no Brasil, por volta de 1922, 1.100 mil assalariados na indústria, comércio e transportes, dos quais 320 mil operários da indústria, sobretudo concentrados no velho Distrito Federal e arredores, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. Com relação ao que aqui é colocado, pensamos, entretanto, que devemos nos explicar melhor: com exceção do caso da indústria de processamento alimentar, sobretudo a frigorífica, cujo desenvolvimento, aliás, tinha sido estimulado nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul pelas necessidades de consumo das potências beligerantes na Primeira Guerra Mundial, e que se mantinham então, como hoje, nas mãos dos grandes monopólios estrangeiros (5), tratavam-se antes, as concentrações acima referidas, de concentrações industriais e operárias de tipo médio e pequeno, pois como escreve Caio Prado Jr., "a maior parte da indústria brasileira continuará... largamente dispersa em unidades insignificantes e produzindo exclusivamente para estritos mercados locais (6)."

Escaparia certamente aos limites destas notas introdutórias, um balanço histórico do movimento operário brasileiro, de maneira a determinar-se as origens de sua fraqueza, parecendo-nos claro, entretanto, que ela se liga não só ao caráter semi-feudal do país, e à formação do próprio operariado no Brasil, todo ou quase todo de procedência camponesa, inclusive o que provinha das correntes imigratórias, como também a outros fatores entre os quais falta de um centro coordenador, um comando geral.

Os "tenentes" não consideravam a hipótese de se ligarem politicamente a uma classe social, o que emprestaria às "rebeliões tenentistas" dos anos vinte legitimidade e o que conferiria, possivelmente, a elas, aquelas características de participação e de transformação no sentido apontado anteriormente por Huntington (7).

Parece-nos que o liame comum de todas as "rebeliões tenentistas" era introduzir no aparelho do Estado, através de um golpe militar, modificações de fachada, se evitando ao mesmo tempo a criação de condições que permitissem à massa popular interferir ativamente no processo político. Certos indícios, na realidade, parecem confirmar esta hipótese, entre os quais o temor revelado pelo "tenente Juarez Távora ..." e quem entre nós seria capaz de prever as últimas consequências da subversão social criada pela dominação incontrolável do populacho (8) indícios também neste sentido, oferecem os depoimentos de Pinheiro e Basbaum, o primeiro aliás, em trabalho já citado anteriormente: "... o Partido (Comunista do Brasil) tinha a intenção de participar com um candidato próprio nas eleições presidenciais de 1929 (sic) ... em junho desse ano, o Partido aprova a idéia de um "programa de frente única" com as forças que restavam da Coluna e envia Leônicio Basbaum... a Buenos Aires... três reuniões são realizadas com Prestes, Siqueira Campos e Juarez Távora. O Partido propõe um programa constituído pelos pontos seguintes: a) nacionalização da terra e divisão dos latifúndios; b) nacionalização das empresas industriais e bancárias imperialistas; c) abolição das dívidas externas; d) liberdade de organização e de imprensa; e) direito de greve; f) legalidade para o Partido Comunista; g) jornada de trabalho de oito horas, lei de férias, aumento de salário e outras vantagens para os trabalhadores (9). "O programa, entretanto, não seria aceito pelos chefes da Coluna: "O então tenente Juarez Távora não admitia sequer a hipótese de uma simples troca de idéias com o PCB, Siqueira Campos... não estava interessado em eleições: que o PCB lhe desse um batalhão de operários e alguns fuzis. Luís Carlos Prestes... se limitou a informar que... o programa era demasiado extremista (10)." Prestes propôs então outro programa, que traduzia as principais reivindicações "tenentistas", sempre centradas em torno da mo

ralidade administrativa e de reformas no interior do aparelho político do Estado: a) voto secreto; b) alfabetização e justiça; c) liberdade de imprensa e de organização; d) vantagens para os operários. Os tenentes recuavam ante a possibilidade de uma transformação de profundidade nas relações sociais então existentes. O poder da elite revolucionária, no qual o grupo mais influente era o dos "tenentes", se consolidaria depois de 1930, sem necessidade de fazer grandes concessões. Este fato pode indicar que no Brasil dos anos vinte, à exceção dos militares, não havia nenhum outro grupo capaz de se impor.

Como nota introdutória, desejamos enfim apresentar uma pequena caracterização do quadro político, social e econômico em que se situa o nosso trabalho, esclarecendo desde logo que concebemos a Primeira República (1889 - 1930), como produto de uma justaposição entre formas desenvolvidas de sistema representativo importadas do pre-sidencialismo norte-americano a uma organização social inadequada, ou por outras palavras, uma adaptação por meio da qual um sistema de base representativa coexistia precariamente com as sobrevivências do velho e exorbitante poder privado brasileiro, que eram, aliás, alimentadas pelo poder público, exatamente porque a República não podia abrir mão do eleitorado rural, cuja situação, de completa subordinação face aos potentados regionais e locais, era então, como é de certo modo ainda hoje, inequívoca.

Por isto mesmo representava o sistema republicano da forma em que se desenvolveu no Brasil, sobretudo um compromisso, uma troca de benefícios e influências entre o poder público, a nível municipal, estadual e federal, e o poder pessoal dos proprietários de terras. Lamenta Basbaum que "a República... havia perdido os menores resquícios de base ideológica que as classes letradas lhe haviam querido dar. Era apenas um negócio montado em benefício de alguns milhares de fazendeiros (11)." Do compromisso a que nos referimos, resultavam não só os vícios que permeavam a Primeira República — o filhotismo, o falseamento do sufrágio, o mandonismo, etc., — como também as principais linhas que informavam a organização republicana brasileira.

O precário equilíbrio federal, por outro lado, se baseava no revesamento de representantes dos dois mais ricos Estados da União — São Paulo e Minas Gerais — no Governo da República, pois como escreve Afonso Arinos, "a produção agrícola estava concentrada nos dois Estados e exigia a unificação expressa precisamente pela alternância no governo entre os dois Estados (12)." A ruptura do acordo entre São Paulo e Minas Gerais durante a campanha sucessória de 1930, minou a base político-econômica que garantia ao Estado o papel de coesão da unidade nacional.

A exceção do Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922 por dissidentes anarquistas e que se constituiu a primeira experiência relativamente bem sucedida de partido nacional, os partidos então existentes tinham expressão política apenas regional e local, mesmo porque não interessava ao sistema de compromisso vigente entre centro e periferia estimular a criação de organizações partidárias nacionais fortes, que ameaçassem as posições conquistadas pelos oligarcas, e que trouxessem perigo para os fundamentos em que se pousava o sistema de compromisso mesmo. Em São Paulo e Minas Gerais — os dois maiores colégios eleitorais da República — funcionavam partidos únicos, que aglutinavam as forças políticas desses Estados: o Partido Republicano Paulista (P.R.P.) e o Partido Republicano Mineiro (P.R.M.). No Rio Grande do Sul haviam os Partidos Republicano gaúcho e Libertador. A existência de partidos politicamente fortes no âmbito regional e local, e inexpressivos no âmbito nacional, se correspondia com a organização altamente descentralizada da Primeira República.

Os partidos políticos não se apresentavam como expressão de interesses nem como expressão da oposição de interesses de classes sociais — como os partidos conservadores e liberais europeus, e até certo ponto, como os partidos Republicano e Democrático nos Estados Unidos — mas como elos de ligação entre a oligarquia, que na verdade governava o país, e as estruturas nominalmente democráticas da República. Parece-nos que os elementos de análise que derivam da História européia, e que são usados com acerto para a interpretação da própria realidade da Europa, revelam-se

completamente falhos para o exame dessa fase da História brasileira. Em vista disto, se nos afigura exagerado falar de "lutas de classes" no Brasil dos anos vinte: as rivalidades políticas internas não se desenvolviam em torno de posições ideológicas, mas em torno de problemas concretos, que envolviam desde a diminuição de impostos, o aumento dos vencimentos do funcionalismo, o melhoramento do aparelho militar, o protecionismo e o livre comércio, a reforma monetária, os impostos interestaduais e a carestia de vida, até as questões municipais.

Como diz Barbosa Lima Sobrinho, "não há correntes de opinião formadas em torno dos problemas... não se formaram interesses coletivos ou reivindicações de classe. Apenas teses de amplitude e imprecisão inexcedíveis para não irritar ninguém dentro dessa região amorfa em que se travam os debates partidários no Brasil (13)".

O país não possuía uma aristocracia, ou uma classe média ou uma burguesia no sentido estrito do termo, que pudesse perseguir ou opor os seus próprios interesses através de partidos políticos, cujos quadros fossem recrutados entre os elementos de cada uma dessas classes. A "aristocracia" brasileira oferecia excassos pontos de contactos com a nobreza europeia, e mesmo a chamada "aristocracia açucareira" do Nordeste era muito mais produto das circunstâncias especiais em que se havia operado a ocupação econômica do Nordeste, e que não nos caberia esmiuçar nos estreitos limites deste trabalho introdutório, do que de quaisquer outros fatores. A classe média, como já dissemos anteriormente, era constituída por profissionais liberais — sobretudo advogados — por empregados do comércio e da indústria, e por funcionários do Estado, dispunha de um grau bastante reduzido de autonomia e organização política, mesmo porque dependia de atividades ligadas à oligarquia, com cujo sistema se identificava até certo ponto.

Ao contrário do que se havia passado com o desenvolvimento industrial europeu e norte-americano, depois da vitória do Norte industrializado sobre o Sul monocultor e escravocrata durante a Guerra de Secessão, as atividades industriais no Brasil se desenvolviam paralelamente e até certo ponto dependentemente das atividades agrícolas de caráter exportador, não havendo em consequência um rompimento expressivo entre o setor industrial e o setor agrário. Como dissemos antes, o investimento industrial no Brasil significava quase sempre resposta improvisada às vicissitudes sofridas pelos setores exportador e importador e como pensamos, o "industrial brasileiro" era quase sempre um agricultor exportador — homem, portanto, ligado à oligarquia — que em virtude das dificuldades do mercado investia em pequenas indústrias de natureza local, capazes de fornecer alguns produtos de consumo corrente.

Em virtude também da escassez de divisas resultante das dificuldades com a exportação, interessava ao sistema a montagem dessas pequenas estruturas produtoras, que supriam o mercado interno de artigos até então importados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) HUNTINGTON, Samuel P. — "Modernisierung durch Revolution". In: BAYME, Klaus von: (Hsg) — "Empirische Revolutionsforschung", Opladen 1973, pg. 92
- (2) BRUNN, Gerhard — "Die Revolution von 1930 als Ausgangspunkt konservativer Modernisierung in Brasilien". In: "Geschichte und Gesellschaft", Heft 2, "Revolution und Reform in Lateinamerika", pg. 220
- (3) PINHEIRO, Paulo Sérgio — "Política e Trabalho no Brasil", Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975, pg. 113
- (4) Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1958
- (5) Comparar com Muniz Bandeira, — "Cartéis e Desnacionalização no Brasil", V. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975
- (6) JUNIOR, Caio Prado — "História Econômica do Brasil". São Paulo, 1945, pg. 273

- (7) HUNTINGTON, Samuel P. — op. cit.
- (8) BASTOS, A. — "Prestes e a Revolução Social", Calvino, Rio, 1946, pgs. 249-251
- (9) PINHEIRO, Paulo Sergio — op. cit., pgs. 140-141
- (10) BASBAUM, Leoncio — "História Sincera da República — de 1889/1930", Fulgor, São Paulo, 1962, pg. 404
- (11) BASBAUM, op. cit. pg. 252
- (12) MELLO FRANCO, A. Arinos — "Um Estadista da República", pgs. 277/85
- (13) SOBRINHO, Barbosa Lima — "A Verdade Sobre a Revolução de 30". Ed. Alfa Omega, S. Paulo, pg. 63